

QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UM DIAGNÓSTICO NAS INSTITUIÇÕES LOCALIZADAS NA REGIÃO NORTE DO ESTADO DO PARANÁ

THE QUALITY OF THE TEACHING OF ACCOUNTANCY SCIENCES IN HIGHER EDUCATION: A DIAGNOSIS OF INSTITUTIONS LOCATED IN THE NORTHERN REGION OF THE STATE OF PARANÁ, BRAZIL

CLAUDINEI DE LIMA NASCIMENTO
claudiolima911@hotmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo proceder a uma avaliação sobre a qualidade do ensino nos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Tal avaliação insere-se no contexto da política governamental, implementada na última década, que ampliou o acesso à educação superior por meio de uma maior abertura para a criação de instituições privadas, impactando no aumento das vagas ofertadas. A partir dessa nova realidade, este estudo questiona qual é a efetiva qualidade atingida no ensino oferecido. Alguns instrumentos oficiais de avaliação são disponibilizados para tanto. Na esfera governamental, tem-se o Exame Nacional de Cursos (ENC); no âmbito da categoria profissional, o Conselho Federal de Contabilidade promove o Exame de Suficiência (ES). Para viabilizar a avaliação que este estudo propõe, foram coletados dados dos resultados do ENC (período 2002 e 2003) e do ES (período 2000 a 2004) realizados pelos alunos de 16 cursos de graduação oferecidos na região Norte do Estado do Paraná. Além disso, realizaram-se entrevistas presenciais com os coordenadores desses cursos. O primeiro instrumento, composto pelos dados do ENC e do ES, viabilizou a análise quantitativa. O segundo, as entrevistas, a análise qualitativa. O resultado da pesquisa evidencia que a maioria dos cursos pesquisados apresenta nível de qualidade insuficiente.

Palavras-chave: educação, ensino contábil, qualidade, profissão contábil.

ABSTRACT

This article assesses the educational quality of accountancy undergraduate courses. This assessment is in keeping with the government's policies that were implemented in the last decade and increased the access to higher education by the establishment of private institutions. These policies had a great impact on the number of students. The article discusses the actual quality achieved by the education that is offered at present. Some official instruments are already available for that purpose. The government carries out the National Exam of Courses (ENC) and the Federal Council of Accountancy has the Exam of Sufficiency (ES). In order to make that assessment, data from the results of the ENC (of 2002 and 2003) and the ES (of 2000 to 2004) achieved by students of 16 different undergraduate courses in the northern region of the state of Paraná were collected. In addition to that, interviews with all coordinators of the courses were made. The first instrument was used for the quantitative analysis and the second for the qualitative one. The results demonstrate that most of the courses that were analyzed have an insufficient level of quality.

Key words: higher education, accounting courses, quality, accounting profession.

INTRODUÇÃO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A dinâmica das exigências e mudanças no mundo real despertam o interesse para a discussão sobre os caminhos do ensino contábil no Brasil. A relevância desta discussão é reconhecida por Marion (1996, p. 11) quando afirma que "a universidade (ou qualquer outra instituição de ensino superior) é o local adequado para a *construção do conhecimento*, para a formação da competência humana".

O ingresso cada vez maior de pessoas no ensino superior tem sido possível com a participação do capital privado. Para ilustrar isso, basta verificar que o acesso à educação superior foi ampliado pelo crescente número de instituições privadas de ensino que, autorizadas e reconhecidas pelas autoridades governamentais, passaram a oferecer à sociedade, nas últimas décadas, a oportunidade da educação superior. Até então, tal acesso ocorria de forma predominante pelo número de vagas ofertadas pelas instituições públicas do país.

Na área da Contabilidade, de acordo com o MEC/INEP (2004a), em 1996, existiam 384 cursos de Ciências Contábeis; em 2002, esse número aumentou para 641, dos quais 515 (80%) eram em instituições privadas. Quanto ao número de alunos matriculados, em 2002, de um total de 147.475, 112.342 (76%) estavam em instituições particulares. Portanto, na atualidade, os contadores formam-se, majoritariamente, nessa categoria de instituição de ensino.

É motivo de discussão se a iniciativa privada, ao lado da pública, está comprometida com a construção do conhecimento e estruturada para cumprir a missão de empreender essa construção, conciliando o acesso ao ensino à sua efetiva qualidade. Para aferir tal cumprimento, o governo instituiu a Lei nº 9.131, de 1995, criando o Exame Nacional de Cursos (ENC). Trata-se de um dos elementos da prática avaliativa cujo objetivo é subsidiar os processos de decisão e de formulação de ações direcionadas à melhoria contínua dos cursos de graduação.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por sua vez, preocupado com a qualificação profissional do futuro contador, instituiu, por meio da Resolução CFC nº 853/99, o Exame de Suficiência (ES). Ele passou a ser um requisito para a obtenção do registro profissional junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e tem como objetivo aferir e assegurar a existência de um conjunto mínimo de conhecimentos necessários ao adequado exercício profissional do contador.

Os dois critérios de avaliação, da qualidade dos cursos (ENC) e da qualidade do profissional contábil (ES), são bases para a reflexão sobre a qualidade do ensino contábil no Brasil, principalmente em função do acentuado e rápido crescimento verifi-

cado na oferta de cursos nessa área de conhecimento.

Com referência ao ENC, deve se esclarecer que o mesmo foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Tendo em vista que o novo sistema ainda não apresenta base de dados suficientes sobre os cursos de Ciências Contábeis, optou-se, para os fins deste estudo, discorrer apenas sobre os dados disponíveis do ENC¹.

OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O objetivo geral desta pesquisa é aferir a qualidade com que o ensino brasileiro de Ciências Contábeis está sendo praticado pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

A avaliação da qualidade do ensino é uma questão recorrente e deve fazer parte das preocupações de todos aqueles que estão inseridos nessa atividade. Os estudos de Ludicibus e Marion (1996) e Nossa (1999) são alguns exemplos. Em ambos, o fenômeno da acelerada expansão na quantidade dos cursos de Ciências Contábeis é uma constante no que se refere aos efeitos desfavoráveis provocados na qualidade do ensino.

É racional esperar que, depois da acelerada expansão de qualquer atividade, ocorra uma natural acomodação, direcionada à estabilização do sistema, corrigindo erros e promovendo melhorias. No campo do ensino isso não é diferente. A partir da inserção dos cursos de Ciências Contábeis, em 2002, no ENC, e da criação do ES, em 1999, criaram-se novos instrumentos para a avaliação da qualidade do ensino.

A justificativa deste estudo, então, está baseada em dois aspectos principais: [1] a necessidade de investigar se, após décadas de crescimento na quantidade dos cursos de Ciências Contábeis, alguns dos desfavoráveis efeitos iniciais foram superados, tornando possível chegar a uma estabilidade mínima quanto à qualidade do ensino; e [2] a oportunidade de utilização de indicadores mais objetivos para tal investigação, representados pelo ENC e pelo ES.

No âmbito do objetivo e da justificativa deste estudo, assume-se que o ENC e o ES são elaborados tendo como base as exigências do mercado de trabalho atual para o profissional de Contabilidade. Em outras palavras, assume-se que esses exames expressam o que o mundo real exige e espera do profissional contábil, considerando as dificuldades e os desafios da economia e da sociedade em geral.

Não cabe a esta pesquisa questionar ou debater sobre a validade desses instrumentos de avaliação, ou seja, sobre suas vantagens e desvantagens, sua continuidade ou não, a forma como as avaliações são aplicadas, ou, ainda, sobre a eficácia com que os resultados são utilizados pelos órgãos responsáveis pelas avaliações.

¹ O sistema ENC foi substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que foi instituído pela Lei 10.861 de 14/04/2004. O SINAES é formado por três componentes principais: (a) a avaliação das instituições, (b) dos cursos e (c) do desempenho dos estudantes. Este último elemento ocorre através do ENADE, o qual substituiu o ENC (provão). A diferença principal entre as avaliações (ENADE e ENC) é que, a partir da citada Lei, o ENADE é aplicado no primeiro e no último ano do curso, e os alunos que fazem o exame são escolhidos através de procedimentos amostrais.

PROBLEMA DA PESQUISA

Diante do objetivo e justificativa deste estudo, a questão central que se pretende resolver é apresentada da seguinte forma: Qual é a qualidade atingida no ensino superior de Ciências Contábeis das IES localizadas no Norte do Estado do Paraná, considerando-se os padrões de avaliação oficiais do Ministério da Educação – o Exame Nacional de Cursos, e do Conselho Federal de Contabilidade – o Exame de Suficiência?

Dada a natureza e a amplitude do problema a ser resolvido pela pesquisa, são formuladas as suposições adiante, elaboradas com base em uma percepção inicial do autor deste estudo, fruto de suas atividades docentes.

- Suposição 1: Considerando os resultados do ENC e do ES, os cursos de Ciências Contábeis pesquisados possuem, predominantemente, qualidade insuficiente para a formação adequada de profissionais habilitados a atuar no ambiente econômico e social atual.
- Suposição 2: Os motivos da qualidade insuficiente do ensino contábil são atribuídos à formação acadêmica, à formação profissional e ao regime de trabalho inadequados do corpo docente.
- Suposição 3: Os alunos que ingressam nos cursos de Ciências Contábeis estão despreparados para a vida acadêmica superior, pois não têm uma formação de base adequada para assimilar os conteúdos ministrados.

CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO

Este estudo busca contribuir com os gestores das instituições de ensino, professores e coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação, representantes do MEC, do CFC e dos CRCs e pesquisadores da área de ensino no sentido de fornecer elementos para uma reflexão crítica sobre a atual qualidade do ensino contábil.

Espera-se que os dados e informações oferecidos possam induzir a ocorrência de ações que potencializem a melhoria contínua de todo o processo. Especificamente com relação às práticas de ensino e pesquisa, no nível de pós-graduação em Contabilidade, a contribuição deste estudo está em oportunizar a discussão de propostas que tratem da problemática apresentada.

Destaca-se, além disso, que, na seqüência de seus estudos, os atuais alunos de graduação em contabilidade correspondem aos mais prováveis futuros participantes dos cursos de pós-graduação dessa área de conhecimento. Portanto, possíveis eficiências e/ou deficiências no ensino de graduação acabarão por refletir na determinação do perfil do futuro candidato aos cursos de pós-graduação.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O presente estudo tem, como elementos de sua questão central, a qualidade do ensino e os instrumentos de avaliação. Assim, os três pontos principais deste referencial teórico são os

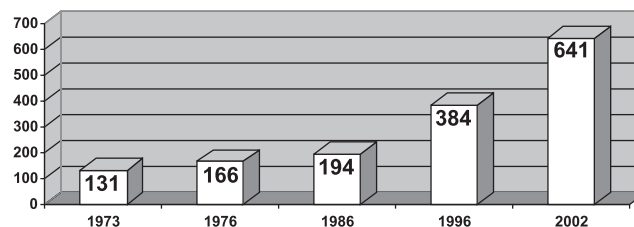


Figura 1 – Número de cursos de Ciências Contábeis.

Fonte: Nossa (1999) e MEC/INEP (2004a).

seguintes: [1] os cursos de Ciências Contábeis, [2] o Exame Nacional de Cursos do MEC, [3] o Exame de Suficiência do CFC.

EVOLUÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

Os cursos de Ciências Contábeis são oferecidos oficialmente desde 1905, de acordo com Schmidt (2000). A Figura 1 mostra a evolução dos cursos de Ciências Contábeis, no Brasil, a partir do ano de 1973.

Destaca-se na Figura 1 a rápida expansão do número de cursos de Ciências Contábeis, a partir da década de 1990. De 1996 a 2002, ou seja, em sete anos, foram criados 257 cursos, enquanto que no período de 1973 a 1986, 13 anos, somente 63. Ou seja, 40% dos cursos existentes em 2002 foram criados a partir de 1996.

Do total de 641 cursos existentes em 2002, 515 (80%), segundo o MEC (2004a), são ofertados em instituições privadas. Cabe ressaltar que essa expansão ocorreu com a anuência do Governo Federal, por meio da Lei nº 9.394, de 1996, que é, em relação às que lhe antecederam, a mais flexível no que diz respeito à criação de cursos de graduação.

A Tabela 1 demonstra a quantidade de cursos existentes no Brasil, em 2002, por categoria e por região. Destaca-se que 65% dos cursos encontram-se nas regiões Sul e Sudeste do país e que, em todas as regiões, os cursos são oferecidos majoritariamente por instituições privadas.

O Exame Nacional de Cursos – ENC

Em face da já comentada expansão do número de IES no Brasil e da obrigação constitucional de condução de um processo de melhoria da qualidade do ensino superior e da formação profissional para o trabalho, considerando-se o Art. 214 da Constituição Federal, o Governo criou o ENC por meio da Lei nº 9.131, de 1995.

O MEC/INEP (2003, p. 1) estabelece que o ENC "foi concebido para avaliar o ensino de graduação ministrado pelas Instituições de Educação Superior – IES, tendo como objetivo maior contribuir para a melhoria da sua qualidade".

No entendimento de Benedetti (2003), o ENC, contribuindo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, visa a complementar as avaliações mais abrangentes que analisam os fatores determinantes da qualidade e eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 1 – Número de cursos de Ciências Contábeis no Brasil em 2002.

Região	Categoria	Univ.	Centro Universit.	Fac. Integr.	Faculdade	Centros Técnicos	Total	%
Norte	Pública	10			1		11	29
	Privada	2	3	2	19	1	27	71
	Sub-Total	12	3	2	20	1	38	100
Nordeste	Pública	29			2	1	32	29
	Privada	8	3	2	59	5	77	71
	Subtotal	37	3	2	61	6	109	100
Sudeste	Pública	16	3		8		27	10
	Privada	64	37	30	105	2	238	90
	Subtotal	80	40	30	113	2	265	100
Sul	Pública	28			8	1	37	25
	Privada	61	9	5	35	3	113	75
	Subtotal	89	9	5	43	4	150	100
Centro-Oeste	Pública	18			1		19	24
	Privada	7	3	11	37	2	60	76
	Subtotal	25	3	11	38	2	79	100
Brasil	Pública	101	3	0	20	2	126	20
	Privada	142	55	50	255	13	515	80
	Total	243	58	50	275	15	641	100

Fonte: MEC/INEP (2004a).

O ENC é elaborado com base nas diretrizes e conteúdos curriculares dos cursos de graduação e nas exigências decorrentes dos novos e atuais cenários geopolíticos, culturais e econômicos. Prestam o exame todos os alunos que estão no ano de conclusão do curso. A participação no ENC, para os alunos, representa uma pré-condição para a obtenção do diploma.

São utilizadas técnicas estatísticas para mensuração e compilação dos resultados de cada curso no conjunto das instituições que participam do ENC. A esses cursos são atribuídos conceitos, sendo calculadas a média geral de cada curso e a média geral da área do curso. O desvio-padrão mede a dispersão da média geral de cada curso em relação à média geral da área do curso.

Os conceitos são distribuídos em cinco faixas (A, B, C, D e E) de acordo com a distribuição feita segundo os critérios apresentados no Quadro 1. Com a utilização das faixas de conceitos, evita-se a comparação individual dos cursos, caso prevaleça, como nota final, a média individual do curso. Evidencia-se, assim, a diferença relativa entre os cursos da mesma área.

A PARTICIPAÇÃO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ENC

Em 1996 foi aplicado, pela primeira vez, o exame para os cursos de Administração, Direito e Engenharia. Na última edição do ENC, em 2003, participaram 26 áreas, entre elas a de Ciências Contábeis, que iniciou sua participação no ENC a partir de 2002.

Segundo a Portaria nº 3.018, de 21/12/01, e a Portaria nº 3.818, de 24/12/02, de acordo com o MEC (2003a), as quais estabeleceram os conteúdos e as características do ENC de Ciências Contábeis, o ENC tem como objetivo a melhoria da qua-

lidade do ensino contábil no país e o seu contínuo aperfeiçoamento, com o intuito de formar profissionais com conhecimentos gerais, humanísticos e técnicos, necessários ao exercício da profissão contábil.

O ENC de Ciências Contábeis toma como referência que o formando deve apresentar o perfil de um profissional com formação generalista-humanística, teórico-prática e técnico-científica, que tenha postura ética, responsabilidade social, visão crítica global e atualizada do cenário econômico e financeiro nacional e internacional em que se insere a Contabilidade. O formando deve, também, ter visão holística, sistêmica e gerencial, e consciência da importância da profissão contábil.

As competências e habilidades gerais que devem ser desenvolvidas pelos graduandos referem-se ao correto uso da língua portuguesa, na capacidade de expressão e organização do

Quadro 1 – Critérios de atribuição de conceitos do ENC.

Conceito	Critério
A	Média acima de 1 desvio-padrão (inclusive) da média geral da área.
B	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio-padrão acima da média geral da área.
C	Média entre 0,5 desvio-padrão abaixo e 0,5 desvio-padrão acima da média geral da área.
D	Média entre 0,5 (inclusive) e 1 desvio-padrão abaixo da média geral da área.
E	Média abaixo de 1 desvio-padrão

Fonte: MEC/INEP (2002).

pensamento, e ao processo de raciocínio lógico nas análises e emissões de opinião.

As habilidades específicas referem-se à capacidade de analisar e interpretar os fenômenos que dão origem à prática contábil, utilizando apropriadamente a linguagem contábil na elaboração e análise das informações para fins decisórios.

Os conteúdos da prova de Ciências Contábeis no ENC, que tem como objetivo avaliar os formandos de acordo com as características mencionadas nos dois últimos parágrafos, são os descritos no Quadro 2, conforme as já referidas portarias.

O exame aborda temas de Formação Geral e Profissional. Para abordar os temas de Formação Profissional, o exame divide-se em Formação Profissional Básica e Formação Profissional Específica.

Para o estabelecimento dos conteúdos e das características do ENC de Ciências Contábeis, são consideradas as definições estabelecidas pela Comissão de Avaliação do Curso de Ciências Contábeis nomeada pelo MEC. Segundo afirma Benedetti (2003), essas comissões são compostas por especialistas de notório saber e atuantes na área.

O EXAME DE SUFICIÊNCIA – ES

Para tornar-se legalmente habilitado ao exercício profissional na área de Contabilidade, o contador deve estar registrado no CRC. Para obter esse registro, ele deve ser aprovado no ES, que foi instituído pela Resolução CFC nº 853, de 1999, e vem sendo realizado com essa finalidade desde o ano de 2000, duas vezes por ano.

A instituição desse exame veio atender a debates que pro-

curavam resguardar a qualidade dos serviços profissionais contábeis. Ludicibus e Marion (1986) já apontavam como uma das deficiências do ensino contábil a falta de ES em âmbito nacional.

Na visão de Koliver (1999), o diploma de graduação não é igual à competência plena para o exercício profissional contábil, demonstrando a sua insatisfação com a formação do contador pelos cursos de graduação no país. Para ele, o ES seria uma forma de identificar os profissionais com potencial adequado para o exercício profissional.

Nesse sentido, Coelho (1999) identifica, como aspecto relevante na implantação do exame, a gradativa melhora no ensino da contabilidade, reconhecendo, inclusive, que o CFC e os CRCs deveriam alertar as faculdades em relação à conscientização da exigência na melhora da qualidade dos cursos que são oferecidos.

O conceito do ES foi assim definido pelo CFC (2003, p. 105):

Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no curso de bacharelado em Ciências Contábeis e no curso Técnico em Contabilidade.

Para ser aprovado no exame, o candidato ao registro profissional deve alcançar um resultado mínimo equivalente a 50% do total dos pontos possíveis, conforme o artigo 5º da referida Resolução. Fica clara a intenção do CFC de permitir o registro àqueles profissionais que, no mínimo, adquiriram conhecimentos médios em Ciências Contábeis, ou seja, àqueles com potencial para tornarem-se bons profissionais contábeis.

Koliver (1999, p. 7) assim descreve a essência do ES:

Um exame de equalização, cujo objetivo é garantir a posse, de parte dos recém-formados em cursos de graduação em Contabilidade – tanto de nível médio como superior –, de conhecimentos gerais e técnicos e de algumas habilidades em nível mínimo, consoante a formação que deveriam possuir, segundo a natureza do curso e de acordo com a legislação do ensino vigente (Grifo do autor).

Portanto, na interpretação de Koliver, o ES visa a avaliar a posse de conhecimentos em nível mínimo, representado pelos 50% do total dos pontos possíveis de serem obtidos. Koliver acrescenta que a responsabilidade para formar profissionais com nível mínimo de conhecimentos é das IES, como pressupõe a emissão do diploma. Essa responsabilidade está diretamente relacionada ao comprometimento com a qualidade do ensino, objeto deste estudo.

O exame contém questões objetivas e é aplicado com provas distintas para técnicos e bacharéis em contabilidade. O conteúdo aplicado aos bacharéis está descrito no Quadro 3.

Quadro 2 – Conteúdo da prova de Ciências Contábeis no ENC.

Temas	Conteúdos
Formação Geral	Língua Portuguesa
	Noções de Direito
	Noções de Ciências Sociais
	Ética Geral e Profissional
Formação Profissional Básica	Administração Geral
	Economia
	Direito Aplicado (incluindo Legislação societária, comercial, trabalhista e tributária)
Formação Profissional Específica	Matemática
	Estatística
	Contabilidade Geral
	Teoria da Contabilidade (incluindo Normas Brasileiras de Contabilidade)
	Análise das Demonstrações Financeiras
	Auditoria
	Administração Financeira e Orçamento Empresarial
Contabilidade Pública	
Contabilidade e Análise de Custos	

Fonte: MEC/INEP (2003a).

Quadro 3 – Conteúdo considerado no ES aplicado aos bacharéis.

Contabilidade Geral	Matemática Financeira	Perícia Contábil
Contabilidade de Custos	Teoria da Contabilidade	Português
Contabilidade Pública	Legislação e Ética Profissional	Conhecimentos
Contabilidade Gerencial	Princípios e Normas Contábeis	Auditoria Contábil
Noções de Direito Público e Privado	Conhecimentos Econômicos	

Fonte: CFC (2003).

DELINEAMENTO DA PESQUISA**CLASSIFICAÇÃO DO MÉTODO DE PESQUISA**

De acordo com Abdel-Khalik e Ajinkya (1979), este estudo pode ser caracterizado metodologicamente como indutivo, dadas as abordagens semânticas, pragmáticas e descritivas.

Indutivo, porque é derivado de um conjunto específico de observações, no caso, reais. Semântico, porque trata da significação de relacionamentos empiricamente válidos. Pragmático, porque trata do objeto de estudo com relação ao que é usual no ambiente. E descritivo porque, derivado de observações empíricas, descreve como a realidade é.

PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Os procedimentos técnicos de coleta de dados utilizados na pesquisa são os relacionados à pesquisa documental, levantamento e pesquisa de campo. A pesquisa documental, segundo Godoy (1995), consiste no exame de materiais de natureza diferente que não foram, ainda, objeto de um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados com o intuito de buscar novas interpretações. Para Gil (2002), enquanto o levantamento busca a precisão estatística, a pesquisa de campo busca mais a profundidade do que a precisão. Cervo e Bervian (2002) enfatizam que, pela pesquisa de opinião, procura-se saber, das pessoas que têm relação com o assunto discutido, suas atitudes, pontos de vista e preferências.

Dessa forma, duas foram as fases de coleta de dados. Primeiramente, foram obtidos os resultados do ENC de Ciências Contábeis junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), disponíveis no site do MEC, e os resultados globais do ES, obtidos junto ao CFC. Os resultados específicos do ES por curso da amostra foram obtidos mediante solicitação especial ao Conselho Regional do Paraná (CRC-PR), visto que essa informação não é normalmente objeto de divulgação pública.

Para a segunda fase, elaborou-se um questionário direcionado aos coordenadores dos cursos, com o objetivo de conhecer a opinião deles sobre os resultados dos exames. Tais questionários foram aplicados por meio de entrevistas presenciais.

Os dados do ENC e do ES foram submetidos à técnica de estatística descritiva, tabulando a frequência e a participação percentual relativa dos elementos coletados. As questões

pesquisadas junto aos coordenadores de cursos foram analisadas qualitativamente. Portanto, trata-se de uma pesquisa do tipo quali-quantitativa, tendo em vista os aspectos qualitativos e quantitativos envolvidos no seu desenvolvimento.

POPULAÇÃO E AMOSTRA

O ambiente no qual foi desenvolvida a pesquisa é a região Norte do Estado do Paraná, onde, de acordo com a base de dados do INEP, consultada em abril de 2004, existem vinte e dois cursos de Ciências Contábeis. A amostra foi escolhida pela acessibilidade dos dados e conveniência, portanto, não probabilística. Destaca-se, por outro lado, que a região pesquisada é a segunda com maior número de cursos de Ciências Contábeis do Estado.

Este estudo abrange somente os cursos autorizados e reconhecidos. Excluem-se, portanto, os cursos que não foram reconhecidos pelo MEC. Também estão excluídos os resultados do ES relativos aos técnicos em contabilidade, em função do objetivo da pesquisa que trata dos cursos superiores. A qualidade será aferida com base nos resultados encontrados nos ENC realizados em 2002 e 2003 e nos ES realizados no período de 2000 a 2004.

Considerando a delimitação deste estudo, já que seis cursos ainda não foram reconhecidos, a amostra é composta por dezesseis cursos que atendem aos critérios mencionados de autorização e reconhecimento (Tabela 2).

Dos 16 cursos que foram pesquisados, 50% são de instituições privadas e 50% de instituições públicas. Os cursos, no conjunto, oferecem um total de 1.285 novas vagas por ano, têm em média 20 anos de existência e estão reconhecidos, em média, há 15 anos. Nota-se que houve uma predominante abertura de cursos nas instituições públicas nas décadas de 1970 e 1980 e, a partir da década de 1990, a predominância foi da abertura de cursos em instituições privadas.

RESULTADOS DA PESQUISA**EXAME NACIONAL DE CURSOS – ENC**

Em nível nacional, a Tabela 3 demonstra a distribuição de conceitos no ENC entre os cursos de Ciências Contábeis em 2002 e 2003. Nota-se que o conceito C prevaleceu na maioria dos cursos. Nos outros conceitos, a distribuição de cursos é relativamente equilibrada.

Tabela 2 – Amostra da pesquisa.

Instituição	Tipo	Cidade	Autorização	Reconhecimento
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari	Pública	Mandaguari	18/06/1966	24/05/1991
Universidade Estadual de Londrina	Pública	Londrina	26/10/1971	27/09/1976
Universidade Estadual de Maringá	Pública	Maringá	30/10/1972	21/09/1976
Fac. Est. de Ciências Econômicas de Apucarana	Pública	Apucarana	08/02/1974	15/02/1979
Faculdade Paranaense	Privada	Rolândia	09/05/1974	13/12/1976
Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí	Pública	Paranavaí	24/05/1976	28/05/1980
Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão	Pública	Campo Mourão	15/02/1979	14/10/1982
Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procópio	Pública	Cornélio Procópio	16/02/1981	15/09/1983
Universidade Paranaense	Privada	Umuarama	20/03/1981	03/08/1983
Universidade Estadual de Maringá	Pública	Cianorte	16/07/1985	24/05/1991
Centro Universitário de Maringá	Privada	Maringá	12/04/1994	03/08/1999
Universidade Norte do Paraná	Privada	Londrina	02/12/1994	07/11/2001
Faculdades Integradas do Vale do Ivaí	Privada	Ivaiporã	18/11/1995	10/04/2002
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jandaia do Sul	Privada	Jandaia do Sul	16/02/1998	11/03/2002
Centro Universitário Filadélfia	Privada	Londrina	16/12/1998	17/07/2003
Faculdade do Norte Pioneiro	Privada	Santo Antonio da Platina	01/07/1999	24/08/2004

Fonte: MEC/INEP (2004a).

Em relação à amostra, do total de 16 cursos, 13 participaram do ENC de 2002, seis públicos e sete privados. Em 2003, houve a participação de todos os 16 cursos da amostra. A distribuição de conceitos dos cursos da amostra é demonstrada na Tabela 4.

Verifica-se que, em 2002, oito cursos (62%) obtiveram conceito C, contra seis (37%), em 2003. A redução de cursos com este conceito deve-se ao fato de que, em 2003, participaram pela primeira vez dois cursos de instituições públicas que alcançaram conceitos A e B e um curso de instituição privada que alcançou conceito D. Além disso, dois cursos de instituições públicas que alcançaram conceito C, em 2002, obtiveram conceitos D e E, em 2003.

A análise comparativa do desempenho dos alunos das instituições públicas, classificadas nos conceitos D e E, mostra que aumentaram de uma para quatro. Nas instituições privadas, ocorreu uma redução de três para duas. Portanto, nestes conceitos, as privadas evidenciam melhora em maior proporção do que as públicas.

No conceito C, entretanto, ocorreu situação inversa. De fato, as públicas reduziram de quatro para uma, enquanto as privadas aumentaram de quatro para cinco.

O comportamento da classificação sob o conceito A manteve-se estável em número absoluto nas instituições públicas, apesar de o total de instituições ter aumentado de seis para oito.

As particulares obtiveram a mesma quantidade que as públicas, uma instituição.

Tabela 3 – Resultados do ENC – Brasil.

CA	Distribuição dos Cursos por Conceitos					
	A	B	C	D	E	SC
2002	59	54	158	77	58	2
2003	73	57	173	76	69	6

Fonte: MEC/INEP (2004).

Tabela 4 – Distribuição de conceitos dos cursos da amostra – por categoria administrativa.

Ano	CA	Nº de cursos	Distribuição dos Cursos por Conceitos				
			A	B	C	D	E
2002	Pública	6	1	0	4	0	1
	Privada	7	0	0	4	2	1
	Total	13	1	0	8	2	2
2003	Pública	8	1	2	1	3	1
	Privada	8	1	0	5	1	1
	Total	16	2	2	6	4	2

Fonte: MEC/INEP (2004).

Por fim, quanto ao conceito B, as privadas permaneceram sem qualquer instituição classificada em ambos os anos. Já as públicas apresentam duas, em 2003, contra nenhuma, em 2002. A análise comparativa dos desempenhos nos dois anos pesquisados evidencia certo equilíbrio geral, com algumas compensações entre os conceitos C, D e E. Observa-se que, nos dois anos, as instituições estão majoritariamente classificadas entre os conceitos C, D e E (92%, em 2002, e 75%, em 2003), muito acima da quantidade classificada com os conceitos A e B (8%, em 2002, e 25%, em 2003).

Comparativamente ao resultado em nível nacional, os cursos da amostra utilizada também evidenciam uma concentração no conceito C. Com pequena variação, o mesmo ocorre quanto aos conceitos D e E. Portanto, o desempenho dos cursos da amostra está alinhado com a média nacional.

EXAME DE SUFICIÊNCIA – ES

O ES vem sendo aplicado desde o ano de 2000. Os resultados utilizados compreendem as nove primeiras edições semestrais, realizadas entre março de 2000 e março de 2004. Em termos nacionais, os resultados são os constantes na Tabela 5.

Nas duas últimas edições do exame, os índices de aprova-

ção e reprovação ficaram na faixa de 50%. Este índice evidencia que 50% dos alunos, em termos nacionais, são reprovados no ES. Por outro lado, a média nacional de todas as edições indica um índice de aprovação de 60% e um índice de reprovação de 40%.

Comparativamente à média nacional, o resultado consolidado dos cursos que compõem a amostra da pesquisa, conforme dados da Tabela 6, evidencia um desempenho ligeiramente inferior, com a média de aprovação situando-se em 58%. E isso é decorrente do baixo desempenho das instituições privadas.

De fato, nas instituições privadas, sete cursos (equivalente a 87%) da amostra dessa categoria de instituição possuem índices médios de aprovação abaixo da média nacional (60%), seis destes cursos possuem índices médios de aprovação menores que 50%. Ainda, em dois destes cursos, o índice médio de aprovação não chega a 31%. Esse fraco desempenho acaba por afetar a média da amostra total (Tabela 6).

A influência do desempenho das instituições privadas no resultado consolidado fica mais evidenciada com a análise isolada das instituições em suas principais categorias.

O desempenho das instituições públicas é apresentado na Tabela 7, na qual se nota que elas têm um desempenho acima da média nacional (aprovação de 64% contra 60%).

Tabela 5 – Resultados dos exames dos cursos da amostra – instituições públicas.

Edições	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	1.547	1.358	88	189	12
2ª	4.025	2.563	64	1.462	36
3ª	8.120	5.991	74	2.129	26
4ª	8.132	4.866	60	3.266	40
5ª	11.425	6.742	59	4.683	41
6ª	10.015	5.079	51	4.936	49
7ª	10.911	7.202	66	3.709	34
8ª	8.916	4.488	50	4.428	50
9ª	7.193	3.605	50	3.588	50
Total	70.284	41.894	60	28.390	40

Fonte: CFC (2004).

Tabela 6 – Resultados dos exames dos cursos da amostra – consolidado.

Edições	Data	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	Março de 2000	69	61	88	8	12
2ª	Setembro de 2000	118	65	55	53	45
3ª	Março de 2001	241	159	66	82	34
4ª	Setembro de 2001	218	105	48	113	52
5ª	Abril de 2002	371	230	62	141	38
6ª	Setembro de 2002	278	127	46	151	54
7ª	Março de 2003	187	110	59	77	41
8ª	Setembro de 2003	235	147	63	88	37
9ª	Março de 2004	298	155	52	143	48
Total		2.015	1.159	58	856	42

Fonte: CFC-PR (2004).

Na Tabela 8 é apresentado o desempenho das instituições privadas, acentuadamente pior que o das públicas, comprovado pelo índice de aprovação de apenas 47%.

Considerando-se os dados apresentados nas tabelas 5 a 8 e outras análises específicas por curso, algumas constatações podem ser apresentadas:

- em 12 cursos (75% da amostra referente a 2003), praticamente metade é reprovada;
- desses 12 cursos, cinco (31,3% da amostra de 2003) são de instituições públicas;
- dos alunos formados em cursos de instituições privadas, mais da metade é reprovada;
- em dois cursos, a reprovação chega a atingir 70% dos alunos.

QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS PELOS COORDENADORES DE CURSOS

Nesta seção, serão descritas as opiniões dos coordenadores de curso a respeito dos resultados dos exames e sobre os fatores que mais contribuem para o alcance destes resultados. O questionário aplicado foi dividido em duas perguntas gerais.

Dos 16 coordenadores entrevistados, nove são especialistas e possuem este título na área contábil. Apenas quatro coordenadores são mestres em Ciências Contábeis e três são

mestres em outras áreas. Pode-se argumentar que este perfil se deve, particularmente, ao reduzido número de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil em Ciências Contábeis recomendados pela CAPES (oito de mestrado e um de doutorado).

Todos os 16 coordenadores entrevistados possuem mais de cinco anos de experiência docente. Apenas um coordenador não exercia este cargo nos anos de 2002 e 2003, períodos em que foram realizadas as edições do ENC.

Opinião dos coordenadores sobre os resultados dos exames (1ª pergunta)

A pergunta central que buscou conhecer a opinião dos coordenadores a respeito dos resultados dos exames foi: "Como podem ser avaliados, de forma geral, os resultados do Exame de Suficiência e os do Exame Nacional de Cursos?"

Em relação ao ENC, conforme demonstra a Tabela 9, oito coordenadores afirmaram que os resultados efetivamente diferenciam os cursos em termos qualitativos; sete coordenadores também reconhecem tal efeito, porém com algumas limitações, principalmente relacionadas à falta de comprometimento do aluno e à diferença entre o foco do curso e o do ENC; um coordenador acredita não haver relação.

Tabela 7 – Resultados dos exames dos cursos da amostra – instituições públicas.

Edições	Data	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	Março de 2000	55	50	91	5	9
2ª	Setembro de 2000	84	48	57	36	43
3ª	Março de 2001	148	107	72	41	28
4ª	Setembro de 2001	149	82	55	67	45
5ª	Abril de 2002	240	163	68	77	32
6ª	Setembro de 2002	185	100	54	85	46
7ª	Março de 2003	97	61	63	36	37
8ª	Setembro de 2003	157	111	71	46	29
9ª	Março de 2004	144	85	59	59	41
Total		1.259	807	64	452	36

Fonte: CFC-PR (2004).

Tabela 8 – Resultados dos exames dos cursos da amostra – instituições privadas.

Edições	Data	Participantes	Aprovados	%	Reprovados	%
1ª	Março de 2000	14	11	79	3	21
2ª	Setembro de 2000	34	17	50	17	50
3ª	Março de 2001	93	52	56	41	44
4ª	Setembro de 2001	69	23	33	46	67
5ª	Abril de 2002	131	67	51	64	49
6ª	Setembro de 2002	93	27	29	66	71
7ª	Março de 2003	90	49	54	41	46
8ª	Setembro de 2003	78	36	46	42	54
9ª	Março de 2004	154	70	45	84	55
Total		756	352	47	404	53

Fonte: CFC-PR (2004).

Tabela 9 – Opinião dos coordenadores sobre os resultados do ENC.

Respostas	Nº de Respostas	%
Sim, totalmente	8	50
Sim, porém há algumas limitações.	7	44
Não	1	6
Total	16	100

Em relação ao ES, conforme dados da Tabela 10, a maioria dos coordenadores (75%) entende que seus resultados indicam plenamente o nível de preparação dos egressos para o exercício da profissão contábil.

Tabela 10 – Opinião sobre as relações entre a preparação profissional e os resultados do ES.

Respostas	Nº de Respostas	%
Sim	12	75
Sim, com algumas limitações.	2	12
Não	2	12
Total	16	100

Os dados da Tabela 11 evidenciam que, para 50% dos coordenadores, a elevada reprovação dos alunos decorre de deficiências dos próprios alunos. Para 44% deles, entretanto, há o reconhecimento de que isso indica problemas nos cursos.

Tabela 11 – Razão dos resultados do ES.

Respostas	Nº de Respostas	%
Problemas com os próprios alunos	8	50
Problemas nos cursos	7	44
Normal	1	6
Total	16	100

Todos os coordenadores foram unânimes em afirmar que os 50% dos alunos que são reprovados no ES, de fato, não têm conhecimentos mínimos para exercer a profissão.

A Tabela 12 fornece a possibilidade de uma análise conjunta dos resultados de ambos os exames, ENC e ES.

Tabela 12 – Análise conjunta dos resultados.

Resultados	Exame Nacional, de Curso – ENC	Exame de Suficiência – ES
Conceito A/B	25%	-
Conceito C/D/E	75%	-
Alunos aprovados		25%
Alunos reprovados		75%
Total	100%	100%

De acordo com os dados da Tabela 12, 12 cursos (75%) da amostra obtiveram no máximo conceitos C, D e E no ENC, e também 12 cursos possuem índices de reprovação em torno de 50% no ES. Em outras palavras, é legítimo afirmar que, se um curso tem conceito médio ou abaixo da média no ENC, espera-se que seus alunos (a maioria ou quase a maioria) sejam reprovados no ES.

Infere-se, portanto, que parcela significativa dos cursos da região estão abaixo ou próximos da média do resultado mínimo desejado para formar profissionais contábeis aptos a atuar com qualidade no mercado de trabalho, de acordo com os resultados de ambos os exames e das opiniões dos coordenadores. Resta, portanto, conhecer alguns dos fatores que contribuem para a ocorrência desses resultados. É o que será abordado na seqüência.

Opinião dos coordenadores sobre as causas dos resultados (2ª pergunta)

A pergunta central que buscou conhecer a opinião dos coordenadores sobre os fatores que contribuem para a ocorrência dos resultados nos exames foi: "Quais fatores mais contribuem, de forma geral, para o atual desempenho dos alunos em ambos os exames?"

Buscou-se identificar, também, os fatores que causam a ineficiência dos cursos. Isso foi feito para descobrir se essa ineficiência pode ser debitada, principalmente, ao corpo docente, aos alunos ou à estrutura dos cursos.

A Tabela 13 apresenta um panorama dos problemas descritos pelos coordenadores. Está ordenada desde os problemas mais mencionados até os menos mencionados. Estes problemas, segundo os entrevistados, são os que prejudicam a eficiência do processo de ensino-aprendizagem e, conseqüentemente, prejudicam o alcance de resultados mais positivos no ENC e no ES.

Para os coordenadores, o despreparo do aluno para o curso superior é o problema que mais afeta a qualidade dos cursos de Ciências Contábeis da região. O aluno de hoje, segundo os coordenadores, não tem uma formação de base adequada e, por isso, apresenta dificuldades para acompanhar um curso superior.

Os coordenadores apontaram a escola pública de nível fundamental e médio como a que não possui qualidade, embora existam exceções. Segundo um coordenador de curso de uma instituição pública que obteve os melhores resultados no ENC e no ES, em seu curso, 40% dos alunos vêm de escola pública e estes apresentam as maiores dificuldades no acompanhamento do curso. Seguindo esse raciocínio, muito provavelmente, é daí que decorrem os conceitos D e E das instituições públicas em 2003 (Tabela 4).

Sendo o despreparo anterior do aluno o maior problema, é natural que os cursos busquem amenizar isso com ações que propiciem ao aluno superar suas dificuldades. Disso decorre a alternativa do sistema de recuperação do aprendizado, que é o 2º maior problema citado.

O fato de não existir um processo sistemático que busque recuperar o aprendizado do aluno que não alcançou conheci-

Tabela 13 – Panorama dos problemas que afetam o processo de ensino-aprendizagem.

Respostas	Nº de Respostas	%
Despreparo do aluno para o curso superior	13	87
Sistema de recuperação do aprendizado	11	73
Laboratório	8	53
Regime de trabalho dos docentes	5	33
Professores em quantidade insuficiente	3	20
Qualificação da biblioteca	3	20
Qualificação docente	2	13
Comprometimento de professores	2	13
Recursos pedagógicos	2	13
Falta de exigência de pesquisas para publicações	2	13
Falta de titulação do corpo docente	1	7
Comprometimento de alunos	1	7
O curso não prepara o professor	1	7

mento suficiente para ser aprovado de forma direta, traz consigo o problema do paternalismo. Conforme esclarecido por alguns dos coordenadores de curso, o aluno que, nas provas normais, não atinge nota mínima para aprovação no ano letivo tem que fazer uma prova de recuperação. Neste caso, em muitos cursos, a média exigida é menor do que a das provas normais, o mesmo ocorrendo com o grau de dificuldade das provas de recuperação. Assim, possibilita-se aos professores aprovar alunos que não estão preparados para tanto. Tal prática, repetida durante os anos do curso e em quase todas as disciplinas, cria uma cultura paternalista que é difícil de mudar e apresenta reflexos diretos nos resultados do ENC e do ES.

Evidentemente, o paternalismo não está presente apenas nesse item (sistema de recuperação do aprendizado), mas foi objetivamente constatado nele. Se o aluno já vem com deficiências do ensino fundamental e médio, não ter sistema formal de recuperação do aprendizado só agrava o problema.

O terceiro maior problema citado pelos coordenadores refere-se à falta de laboratório de informática dedicado ao curso de Ciências Contábeis. Para um coordenador, "se o curso oferece a estrutura, mais cedo ou mais tarde o aluno vai se beneficiar dela".

O quarto maior problema enfrentado pelos cursos é o regime de horário dos professores, basicamente remunerados pelas efetivas horas de aula. Cinco coordenadores (dois de instituições públicas e três de instituições privadas) afirmaram ser este um dos principais problemas.

Para todos os dezesseis coordenadores entrevistados, o regime de horário do professor é importante para o atendimento aos alunos fora de sala de aula, participação em reuniões e envolvimento maior com a instituição e com o curso. Um dos coordenadores fez o seguinte comentário:

O professor pago por hora-aula não tem tempo de dar assistência aos alunos e de preparar melhores aulas, inclusive mais atualizadas. Também não tem tempo para

pesquisa. Muitas vezes o aluno não se sente confortável em fazer perguntas dentro de sala de aula, então, se ele tem a disponibilidade do professor, numa conversa individual, ele se solta mais, consegue se expressar melhor, superando o constrangimento.

É de entendimento geral que, num regime de trabalho mais adequado, os professores passariam, também, a ter condições de ministrar aulas de nivelamento. Este é um ponto que poderia amenizar o problema do aluno que entra no curso superior sem uma formação básica adequada. Com tal dedicação dos professores, muito seria possível fazer, contribuindo para a redução dos efeitos dos dois primeiros problemas citados pelos coordenadores, constantes da Tabela 13.

CONCLUSÕES

Com relação ao ENC, considerando os padrões de avaliação oficial do MEC, dos 16 cursos pesquisados, apenas dois cursos possuem qualidade suficiente para formar profissionais aptos para atender ao mercado. Tais cursos obtiveram conceitos A ou B na edição 2003 do exame (em 2002, foi apenas um). Esses conceitos foram qualificados pelos próprios coordenadores dos cursos como conceitos que expressam ótima e boa qualidade de ensino e deveriam prevalecer na maioria dos cursos.

Com relação ao ES, apesar da aceitação de um acerto de 50% das questões, constata-se que apenas quatro cursos apresentam excelência em seu ensino. Em tais cursos, o índice de aprovação varia de 65% a 90% do total dos seus alunos.

Quanto às suposições assumidas neste estudo, constata-se o seguinte:

Aceitação integral da primeira suposição: de fato, os dados e informações evidenciados na pesquisa comprovam que parcela significativa dos cursos não possui qualidade de ensino suficiente para a formação adequada de profissionais habilitados, sendo isso mais significativo entre as instituições particulares.

Aceitação parcial da segunda suposição: essa conclusão é decorrente da constatação de que, nos 11 cursos que não alcançaram, em nenhuma das duas edições do ENC, conceitos A e B e que também possuem índices de reprovação no ES de mais de 40%, todos os seus professores possuem pós-graduação. O mesmo é constatado quanto à formação profissional, visto que 60% dos professores que atuam nos referidos 12 cursos de Ciências Contábeis possuem outras atividades profissionais além da docência. Portanto, a formação do corpo docente, seja acadêmica ou profissional, por si só não eliminou o problema de baixa qualidade de ensino, apesar de, muito possivelmente, ter evitado um dano maior. Quanto ao aspecto do regime de trabalho, este sim tem participação significativa na não-resolução do problema.

Aceitação integral da terceira suposição: isso ocorre diante da identificação do perfil dos alunos que mais freqüentam os cursos de baixo desempenho nos respectivos exames (ENC e ES). O depoimento dos coordenadores também conduz a essa conclusão.

A solução do problema identificado passa por duas estratégias significativas, uma de alcance de curto prazo, e outra, de natureza mais estrutural, com resultados de longo prazo. Elas compõem um conjunto de alternativas que vão desde ações emergenciais direcionadas a melhor dotar os atuais alunos dos cursos de nível superior, até outras de maior profundidade e abrangência, envolvendo toda a cadeia do ensino.

Em ambas as situações, considera-se necessário um maior comprometimento de todos os participantes da atividade de ensino, seja em nível governamental, ou dos responsáveis pela gestão das instituições, sejam elas públicas ou privadas, assim como dos demais agentes envolvidos – pesquisadores, coordenadores de curso, professores e organismos representativos das classes educacional e profissional.

Não atentar para os problemas constatados nesta pesquisa, para sua interpretação e tratamento no contexto da cadeia de ensino, em breve espaço de tempo, deverá redundar em prejuízos para a qualidade do ensino em nível de pós-graduação. Como conseqüência, ter-se-á a formação de docentes e gestores em quantidade insuficiente e com qualidade duvidosa para contribuir com a área.

Acredita-se que é o conteúdo desta parte final das conclusões que deve direcionar e formatar a agenda de pesquisas na área do ensino em contabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABDEL-KHALIK, A. R. and AJINKYA, B. B. 1979. *Empirical research in accounting: a methodological viewpoint*. Sarasota, American Accounting Association (AAA), Accounting Education, Series n. 4.
- BENEDETTI, I. M. M. 2003. *O Provão em questão: o passado presente e perspectivas para a avaliação universitária*. Maringá, Dental Press.
- CERVO, A. L. e BERVIAN, P. A. 2002. *Metodologia científica*. 5ª ed., São Paulo, Prentice-Hall.
- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. 2003. Resolução 853 de 1999. Institui o Exame de Suficiência como requisito para

obtenção de Registro Profissional em CRC. Legislação da Profissão Contábil. Brasília, CFC.

- CFC – Conselho Federal de Contabilidade. 2004. Resultados das edições do Exame de Suficiência. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/Exame/default.asp>. Acesso em: 30.07.2004.
- COELHO, J. M. A. 1999. Exame de Suficiência: um passo adiante. *Revista Brasileira de Contabilidade*, Brasília, 28(117):17-19.
- CRCPR – CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PARANÁ. 2004. Relatórios emitidos pelo CRCPR onde constam dados sobre os resultados das primeiras nove edições do Exame de Suficiência com suas respectivas datas de realizações e com dados sobre a quantidade de alunos aprovados e reprovados por instituição de ensino. Julho.
- GIL, A. C. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, Atlas.
- GODOY, A. S. 1995. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 35(2):26.
- IUDÍCIBUS, S. e MARION, J.C. 1986. As Faculdades de Ciências Contábeis e a formação do contador. *Revista Brasileira de Contabilidade*, 15(56):50-56.
- KOLIVER, O. 1999. O Exame de Suficiência e as prerrogativas profissionais. *Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul*, 98:6-13.
- MARION, J. C. 1996. *O ensino da contabilidade*. São Paulo, Atlas.
- MEC/INEP – Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Síntese – Provão 2002. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/provao/sintese/2002/capitulo3.htm>. Acesso em: 15.12.2003.
- MEC/INEP – Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretrizes para o Provão. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/provao/diretrizes/>. Acesso em: 15.12.2003a.
- MEC/INEP – Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório Síntese 2002. Ministério da Educação. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/provao/>. Acesso em: 02.03.2004.
- MEC/INEP – Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. Banco de Dados. Disponível em: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>. Acesso em: 25.06.2004a.
- NOSSA, V. 1999. Formação do corpo docente dos cursos de graduação em contabilidade no Brasil: uma análise crítica. *Caderno de Estudos da Fipecafi*, São Paulo, 11(21): 74-92.
- SCHMIDT, P. 2000. *História do pensamento contábil*. Porto Alegre, Bookman.

Submissão: 05/08/2005

Aceite: 19/10/2005

CLAUDINEI DE LIMA NASCIMENTO

Mestre em Ciências Contábeis. Professor da Faculdade Metropolitana de Maringá – UNIFAMMA
E-mail: claudiolima911@hotmail.com
Rua Pioneiro Lucio Ferreira Dias, 185 CEP 87023-420
Maringá – PR